

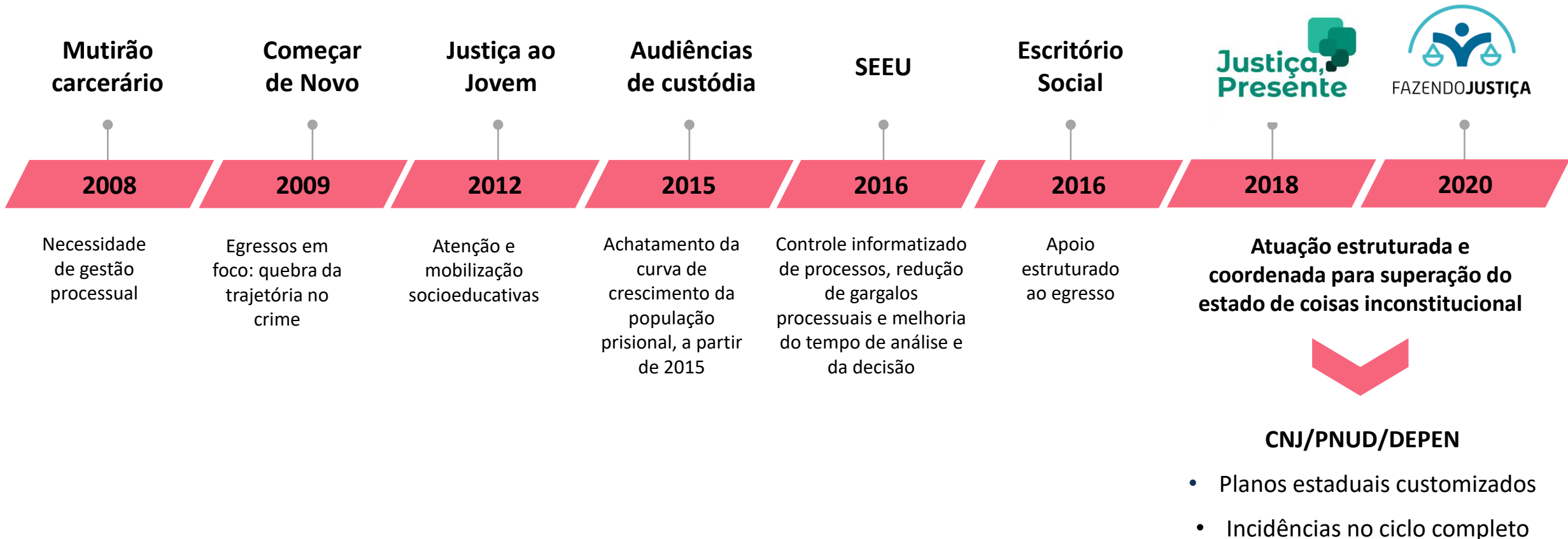


FAZENDO JUSTIÇA

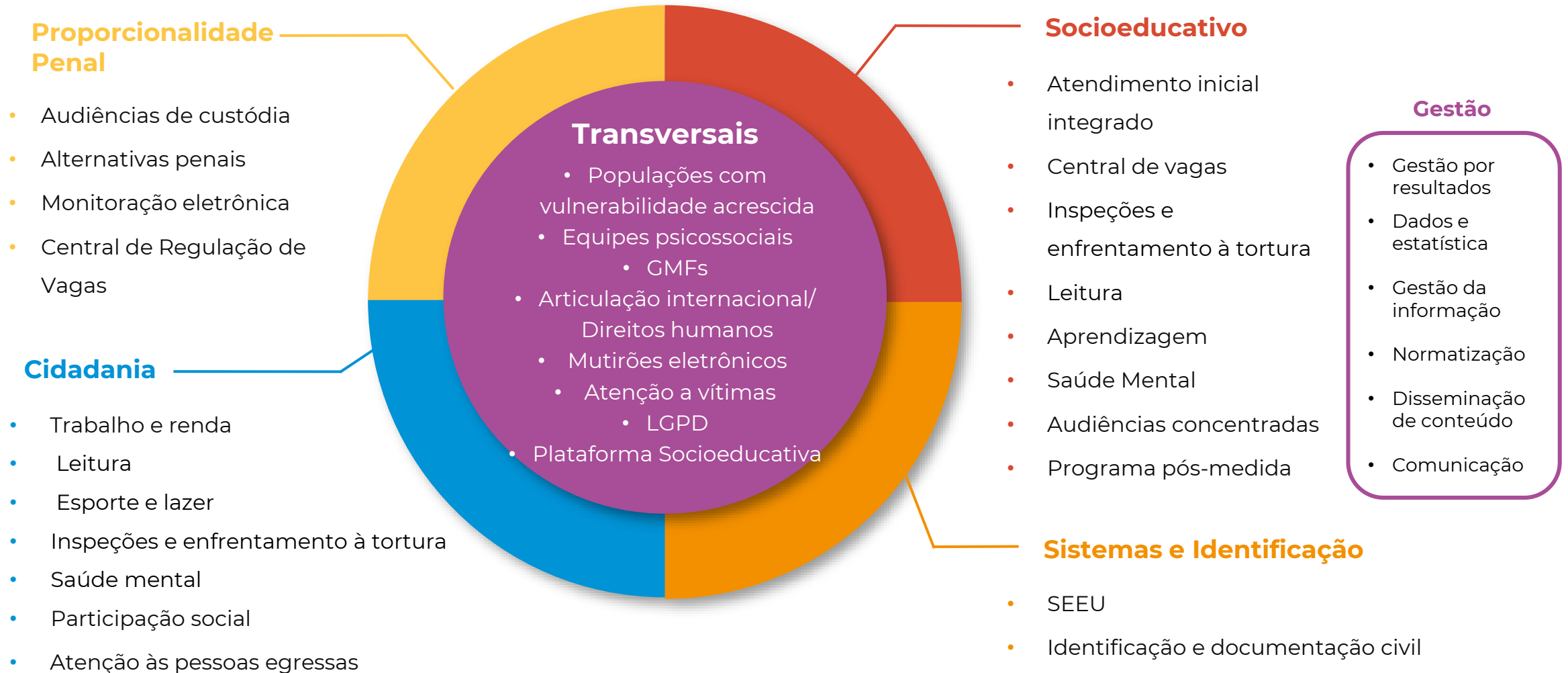


As Políticas Penais do Conselho Nacional de Justiça, e as possibilidades de atuação dos Conselhos da Comunidade no Estado do Paraná

LINHA DO TEMPO



EIXOS ESTRUTURANTES



ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DA POLÍTICA PENAL



Política pública

Uniformidade para o mínimo comum em termos de programas, parâmetros, estruturas organizativas, servidores e orçamento. Governança e participação social.



Política penal

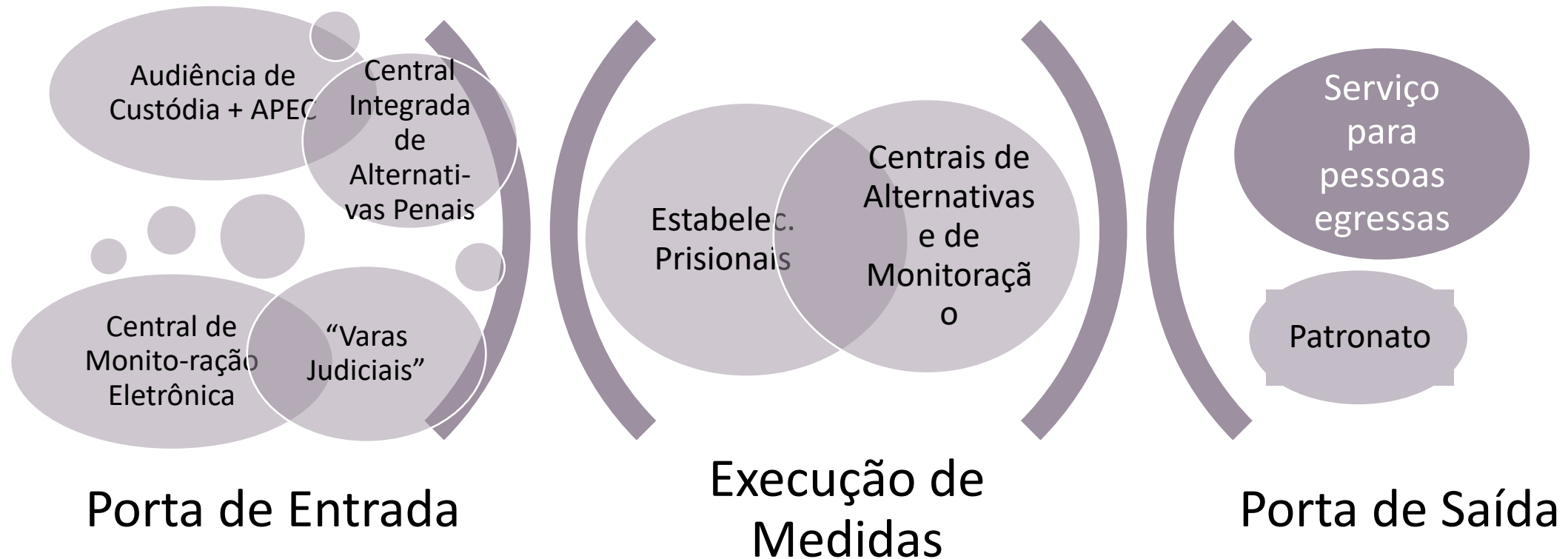
É uma política pública para conceber, construir e gerir os serviços de responsabilidade penal.



Serviços penais

Envolve estruturas, fluxos e corpo técnico para o acompanhamento de alternativas penais, para uso da monitoração eletrônica, para privação de liberdade e para atenção à pessoa egressa. Abarca práticas restaurativas e instâncias de controle externo, correção e formação profissional.

ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DA POLÍTICA PENAL



Escolas de Serviços Penais – Ouvidoria – Corregedoria

PROGRAMA FAZENDO JUSTIÇA

- Atuação nas diferentes fases dos ciclos penal e socioeducativo
- Incidências direcionadas para (a) aperfeiçoar os procedimentos de porta de entrada, (b) garantir a regularidade no cumprimento da decisão judicial nas medidas penais e socioeducativas e (c) qualificar a inclusão social na porta de saída
- Conjunto de iniciativas e projetos para apoiar a aplicação de normas e leis, partindo de evidências científicas e de boas práticas
- Terceira etapa (2022/2023): consolidação de entregas e transferência de conhecimento

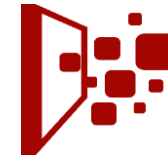


Apoio a Estruturas e Serviços

Nacionais e locais



Capacitações e eventos



Produtos de conhecimento

Relatórios, estudos e manuais



Subsídios normativos

Resoluções, recomendações e orientações

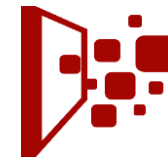
- Resolução CNJ nº 280/2019 (Alterada pela Resolução CNJ nº 304/2019) – SEEU
- Resolução CNJ nº 287/2019 – Pessoas Indígenas
- Resolução CNJ nº 288/2019 – Alternativas Penais
- Resolução CNJ nº 306/2019 (Alterada pela Resolução CNJ nº 319/2020) – Identificação e Biometria
- Resolução CNJ nº 307/2019 – Pessoas egressas
- Resolução CNJ nº 326/2020 (Atualização da Resolução CNJ nº 77/2009) – Socioeducativo
- Resolução CNJ nº 329/2020 – Videoconferência, com exceção em audiência de custódia
- Resolução CNJ nº 348/2020 – LGBTI
- Resolução CNJ nº 367/2021 – Socioeducativo – Central de Vagas
- Resolução CNJ nº 368/2021 – GMFs
- Resolução CNJ nº 369/2021 – Gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência
- Resolução CNJ nº 391/2021 – Remição de pena por meio de práticas sociais educativas
- Resolução CNJ nº 404/2021 (alterada pela Resolução CNJ 434/2021) – Transferências e recambiamento
- Resolução CNJ nº 405/2021 – Migrantes
- Resolução CNJ nº 412/2021 – Monitoramento eletrônico de pessoas
- Resolução CNJ nº 414/2021 – Exames periciais em casos de tortura

RECOMENDAÇÕES

- Recomendação CNJ nº 59/2019 – Preenchimento de sistemas
- Recomendação CNJ nº 62/2020 (Atualizada pela Recomendação CNJ nº 68/2020) – Covid-19

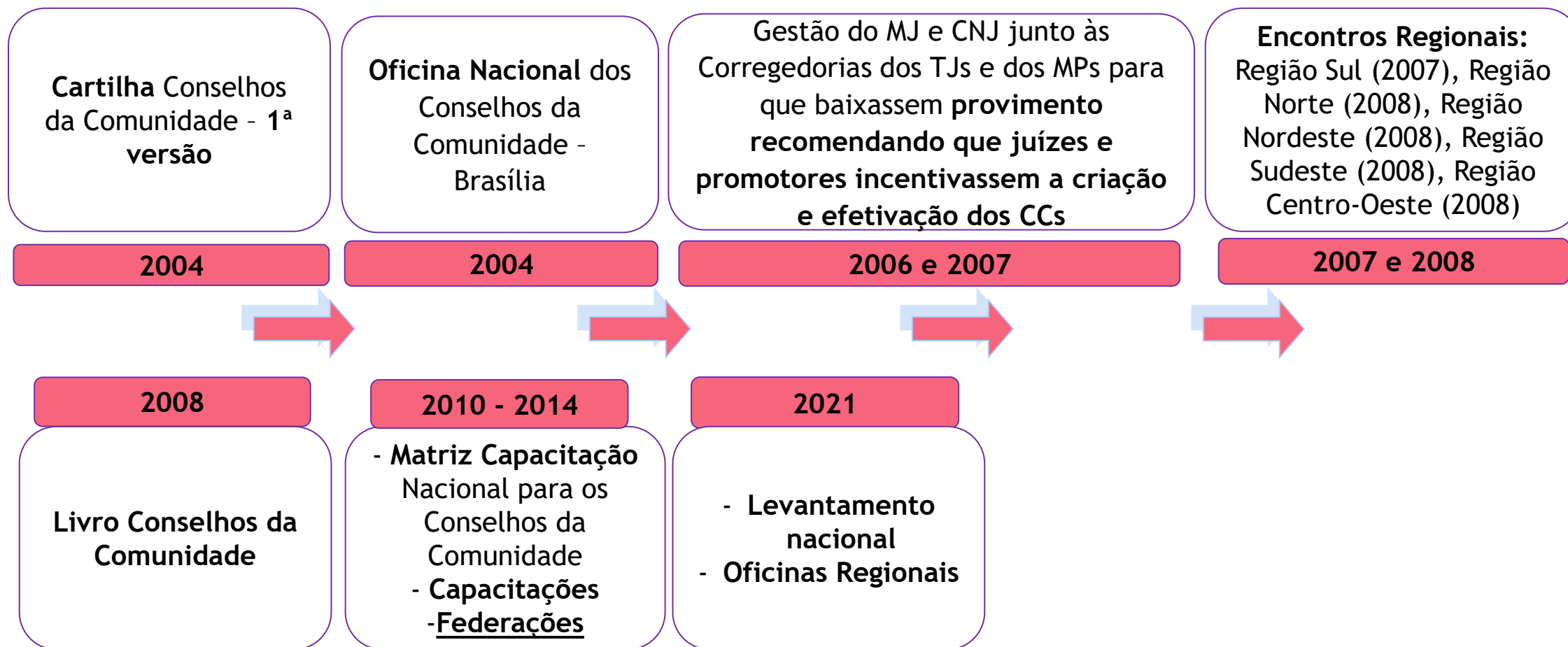


Subsídios normativos
Resoluções,
recomendações e
orientações



Produtos de conhecimento
Relatórios, estudos e manuais

LINHA DO TEMPO DOS MOVIMENTOS NACIONAIS

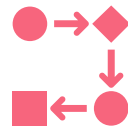


CONSELHOS RESPONDENTES

Região	N. de Conselhos	N. de Estabelecimentos Penais	Conselho por Estabelecimento Penal	N. de Comarcas	Conselho por Comarca
Norte	21	344	0,06	289	0,07
Nordeste	42	1041	0,04	1102	0,04
Centro-Oeste	81	334	0,24	285	0,28
Sudeste	63	717	0,08	843	0,07
Sul	197	383	0,51	441	0,44
Total	404	2819	0,14	2960	0,13

Fonte: Relatório “Os Conselhos da Comunidade no Brasil”, CNJ

DESAFIOS



Atuação contínua e coerente com o propósito:
Representação e intermediação da comunidade;
educativa; consultiva; assistencial; de auxílio material à
unidade prisional e fiscalizadora (BRASIL, 2008, p. 21-22)



Autonomia e sustentabilidade



Formação contínua



Participação do município nas questões penais



Contemplar os diferentes serviços penais, as diferentes
realidades das regiões, incluindo o contexto das
estabelecimentos federais e das capitais

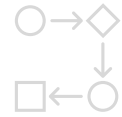


Participação de diferentes segmentos da sociedade de
forma efetiva

DESAFIOS



DESAFIOS



Atuação contínua e coerente com o propósito:
Representação e intermediação da comunidade;
educativa; consultiva; assistencial; de auxílio material à
unidade. p. 21-22

Perspectiva dos demais Conselhos de
Políticas Públicas – Constituição Brasileira
de 1988

- ✓ Cidadania
- ✓ Democracia participativa
- ✓ Representatividade
- ✓ Controle externo e transparência

Auto

Form

Partic

Conte

incluindo o contexto das unidades federais, das capitais e
do Sistema Penitenciário Federal

Participação de diferentes segmentos da sociedade de
forma efetiva



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA